

# TRABALHO, ALIMENTO E ÁGUA

NÍRVIA RAVENA





## UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA

REITOR: Emmanuel Zagury Tourinho

VICE-REITOR: Gilmar Pereira da Silva

PRÓ-REITORA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO: Maria Iracilda da Cunha Sampaio

## NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS – NAEA

DIRETOR GERAL: Armin Mathis

DIRETORA ADJUNTA: Mirleide Chaar Bahia

### EDITORA

EDITOR-CHEFE: Silvio José de Lima Figueiredo

DIVISÃO DE EDITORAÇÃO: Aurilene Ferreira Martins

Albano Rita Gomes

### CONSELHO CIENTÍFICO

PRESIDENTE - Prof. Dr. Armin Mathis – Universidade Federal do Pará

VICE-PRESIDENTE - Profa. Dra. Mirleide Chaar Bahia – Universidade Federal do Pará

Profa. Dra. Ana Paula Vidal Bastos – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Alberto Mejías Rodriguez – Universidad de La Habana, Cuba

Prof. Dr. Germán Alfonso Palacio Castañeda – Universidad Nacional de Colombia,  
Letícia

Prof. Dr. Julien Meyer – Université Grenoble Alpes, CNRS, GIPSA-lab, France

Prof. Dr. Josep Pont Vidal – Universidade Federal do Pará

Profa. Dra. Maria Manuel Rocha Teixeira Baptista – Universidade de Aveiro, Portugal

Prof. Dr. Miguel Piñedo-Vasquez – Columbia University – New York, EUA

Prof. Dr. Ronaldo de Lima Araújo – Universidade Federal do Pará

### COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E DIFUSÃO CIENTÍFICA

Armin Mathis

# TRABALHO, ALIMENTO E ÁGUA

NÍRVIA RAVENA

**BELÉM • NAEA**  
**2024**

Texto revisado conforme as regras do novo  
Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Edit ora çã o  
Ione Sena

Fot o da cap a  
Nirvia Ravena

Revisã o  
Aenne Conceição Menezes Bentes

---

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Biblioteca do NAEA/UFPA– Belém-PA**

---

R253t Ravena, Nirvia.

Trabalho, alimento e água [recurso eletrônico] : a produção da  
vida na Amazônia / Nirvia Ravena. — Belém : NAEA, 2024.  
1 recurso eletrônico (54 p.)

Apresentado originalmente como memorial acadêmico da autora, para o  
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará  
Inclui bibliografias  
Modo de acesso: <http://www.naea.ufpa.br/index.php/livros-publicacoes>  
ISBN: 978-85-7143-254-3

1. Ciência política - Amazônia. 2. Professores - Biografia - Pará. 3.  
Vida intelectual - História. I. Título.

CDD 23. ed. – 320.09811

---

Elaborado por Ruthane Saraiva da Silva – CRB-2/1128

**E**ste livro é a publicação de meu memorial para passagem à categoria de professor Titular na Universidade Federal do Pará. A defesa dele ocorreu em 2020. No auge da pandemia COVID-19. Dedico este trabalho a todos os que tiveram ceifadas as vidas pela COVID-19.

Estou grata por ter defendido e ainda estar viva. Era um dia do final da década de 1980, eu ainda bolsista do NAEA após deixar 4 anos de estudos no curso de Engenharia Civil para ingressar na graduação de Ciências Sociais e me dirigia até a reitoria para deixar alguns documentos. O rio me parecia lindo! E no instante em que vi algumas embarcações passando pela orla da Universidade pensei: eu iria ser muito feliz se trabalhasse aqui! Isso se assemelhava a um desejo, mas que rapidamente tornou-se um objetivo.

Desde minha formação como bolsista do CNPq (1986–1988), o NAEA foi um marcador epistêmico e o lugar onde ocorreu grande parte da minha formação. Práticas e valores da vida acadêmica também foram delineados neste núcleo. Desde a ida às manifestações contra a morte de sindicalistas rurais até as saídas às 23 horas, após ter me inebriado e perdido a noção do tempo com os conteúdos dos códices<sup>1</sup> transcritos e que estavam sendo digitados, o NAEA perfilou meu caráter acadêmico.

---

<sup>1</sup> Jerônimo (347 – 420) entre o final do século IV e o início do século V de nossa era deixou escritos que fornecem preciosas informações sobre a produção dos livros na época e esses livros foram denominados códices. Era também a denominação para um conjunto de documentação da MetrÓpole encadernada e onde a história era inscrita também.

Vem à memória o professor Jean Hébette, que era o Supervisor do Setor de Pesquisas. Cuidadoso com os bolsistas e nos compreendendo enquanto “futuros possíveis” para enfrentamentos das injustiças no campo, especialmente na Amazônia. A minha mãe e o meu pai e o movimento espírita no Pará, na dimensão privada; e a professora Edna Castro e Jean Hébette, na dimensão acadêmica, devo o início da indignação quanto às injustiças sociais que segue permanente até os dias de hoje.

Nesse sentido é importante ter em mente o que Bourdieu entende como a natureza de um relato autobiográfico como este memorial: dar sentido e tornar razoável movimentos prospectivos e retrospectivos estabelecendo uma coerência a partir da história de vida que é compartilhada com emoções, afetos, valores e também tensões e dissonâncias. Assumo a linguagem do meu confronto com as experiências do meu tempo. Segundo o autor: *“Sem dúvida, cabe supor que o relato autobiográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário. (É provável que esse ganho de coerência e de necessidade esteja na origem do interesse, variável segundo a posição e a trajetória, e que os investigados têm pelo empreendimento biográfico”.* (Bourdieu, 2006, p.184 ).

Na perspectiva apresentada por Bourdieu, que está analisando a relação de investigador e investigado quando do uso da história de vida como método, acrescenta-se a complexidade de que há uma superposição desses papéis quando o memorial é um produto advindo de reflexões

sem mediação. Assim, o que se pretende neste relato é dar forma àquilo que na vida se apresenta, na maioria das vezes, fragmentado. E esse esgarçamento é ainda maior quando em tempo de uma Pandemia após contrair o COVID, fraturei o úmero em 4 partes e realizei uma cirurgia, se torna urgente, em função de prazos, a elaboração deste memorial.

Mas, dar sentido, significa estabelecer as conexões entre a produção acadêmica como um todo. Desde a minha formação inicial como pesquisadora na Iniciação Científica no NAEA até os tempos atuais, os “nexus” entre Alimento, Água e Energia na Amazônia se fizeram presentes. Esta é uma abordagem atual das Mudanças Globais que consta em meu último projeto sobre as cadeias de alimentos na Amazônia, mas que nesta retrospectiva proporcionada pela elaboração deste Memorial, aparece como um fio condutor que confere sentido ao trajeto que vai dos meus passos iniciais até este momento.

Entre no ano de 1986 no NAEA, compondo a equipe como bolsista de Iniciação Científica do projeto “Agricultura e Escravidão na Costa Setentrional do Pará”, financiado pela FINEP e pelo CNPq e coordenado pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rosa Elizabeth Acevedo Marin. Com Edna Castro, nas disciplinas que ministramos juntas e nas pesquisas em que somos parceiras, que me reconheço como pesquisadora e professora. Na perspectiva pessoal e acadêmica me recordo sistematicamente da acolhida e do afeto nos momentos de orientação e companhia. Iniciei, enquanto bolsista, o levantamento de dados para a pesquisa nos Códices do Arquivo Público do Pará. Essa foi uma vivência inesquecível e que hoje tenho a noção da dificuldade em repeti-la.

O toque em documentações com mais de 300 anos foi uma experiência sensorial indescritível, e eu o fazia escutando a trilha

sonora de Ennio Morricone feita para o filme “A Missão”. Era extasiante! Isso tudo se dava num cenário de acolhimento que os funcionários e bolsistas do Arquivo Público me proporcionaram sempre, e a quem na figura e nome da Nazaré Ramos, inesquecível pessoa, serei eternamente grata. Nesse período também desfrutei da companhia de Eliana Ramos. Historiadora e hoje professora aposentada da UFPA, ela também se nutria dessa experiência e em nossos atuais encontros essas lembranças fazem-se vivências ainda presentes.

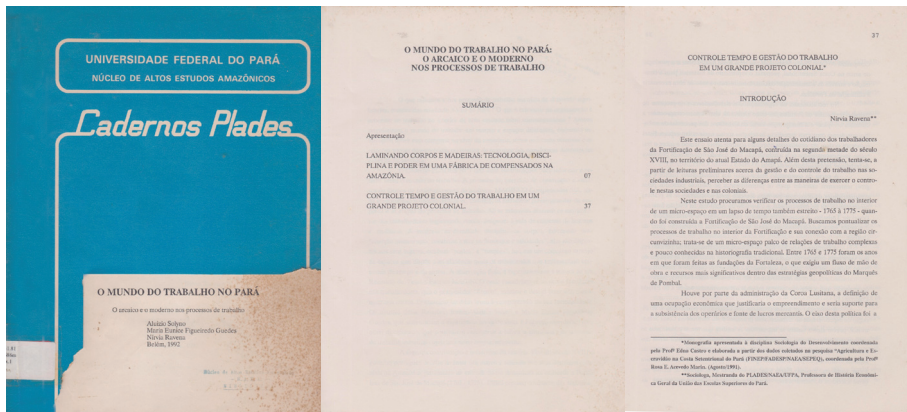
Foi nessa ambientação do projeto e do trabalho no Arquivo Público que tive contato com as fontes primárias acerca da Fortificação de São José do Macapá e com técnicas de transcrição que nunca esqueci. Naquele momento em que se discutia nos seminários internos do Projeto “Agricultura e Escravidão na Costa Setentrional do Pará” as questões relativas à presença do trabalho escravo e a representatividade da Costa Setentrional nos projetos da Metrópole Lusitana me vi imersa em fontes primárias que nunca imaginei que acessaria.

Era na série dos códices “Diversos com o Governo” que a vida colonial pululava em minha frente e o que era dito numa perspectiva depreciativa pelos representantes da Metrópole, sobre escravos africanos e indígenas, me era relativo. Eu tinha a sensação de estar vivendo aqueles momentos e via nos escritos, estratégias de resistência. Nesses momentos de inquietação e vivência, algumas pressuposições me pareciam infundadas. A suposição de que escravos africanos estivessem completamente imobilizados nas obras coloniais e que a subserviência indígena se dava em todas as interações com os colonizadores, eram algumas das pressuposições que me deixavam desconfortável frente àqueles a quem eu devia um olhar mais próximo ao que sua bravura e



resistência demonstravam nos escritos dos representantes da Metrópole Portuguesa. Nesses momentos a Professora Edna Castro me incentivava a me sentir desconfortável. Assim meu primeiro produto, já na condição de bolsista de Aperfeiçoamento do CNPq, no mesmo projeto “Agricultura e Escravidão na Costa Setentrional do Pará” foi uma monografia onde consta a análise dos documentos relativos à construção da Fortificação de São José do Macapá quanto ao recrutamento dos trabalhadores.

Esse trabalho se iniciou a partir de uma inquietação originada pela historiografia tradicional na qual havia a afirmação da presença maciça de trabalhadores africanos no conjunto de trabalhadores, quando, na verdade, eram os indígenas que constavam como maioria, até porque a resistência dos escravos africanos se dava pelas fugas constantes e o trabalho na Fortaleza de São José do Macapá proporcionava essa possibilidade. Nesse *continuum*, houve uma sucessão de práticas de pesquisa que ao mesmo tempo em que me formavam academicamente na pesquisa, me preparavam para a docência. A importância desse período se expressa na extensão da minha participação no projeto “Agricultura e Escravidão na Costa Setentrional do Pará” e o impacto que este teve no registro da importância geopolítica da Costa Setentrional para o projeto Colonial na Amazônia. Estes documentos recolhidos no Arquivo Público do Pará ficaram registrados no Programa de Pesquisa Histórica e Preservação Histórica da Amazônia no Sub-Projeto Integrado Fronteiras, Trabalho e Estado: Amazônia Brasileira nos Séculos XVIII e XIX através do Repertório de Manuscritos sobre a Costa Setentrional do Pará existente no Arquivo Público do Pará. Este catálogo contém o trabalho de uma equipe que se realizava na tarefa da transcrição dos documentos e que cotidianamente se alimentava da história da Amazônia (Fotos 1, 2 e 3).



Fotos 1, 2 e 3 - Primeira publicação

Me sinto profundamente honrada em ter sido parte desse objetivo compartilhado por pessoas que a cada documento transcrito, vivenciavam um tempo histórico fazendo com que esse tempo fizesse sentido naqueles anos entre o final da década de 80 e início da de 90 dos anos 1900. É também neste período que aprendi, com Edna Castro, a me inquietar diante das fontes. Fossem elas primárias ou secundárias eu deveria interpretar e buscar o sentido em que a história havia sido escrita. Era a Escrita da História de Michel de Certeau<sup>2</sup> (1975) que nos fazia ver a cada depoimento dos burocratas coloniais à Metrópole nos códices, o não dito. Dessa perspectiva surgiu o livro, “A escrita da História Paraense” no qual contribuí em conjunto a vários outros artigos de colegas historiadores com um artigo intitulado “O abastecimento no século XVIII no Grão-Pará: Macapá e Vila circunvizinhas” resultante

<sup>2</sup> Michel de Certeau que é um historiador francês para quem a historiografia seria o discurso sobre o “outro”. A escrita da história, ao associar um lugar social à construção de um discurso narrativo através de práticas e técnicas específicas, seria, uma modalidade de lidar com a alteridade, de um “outro” ausente que, para Certeau, é o objeto da história.

da minha dissertação de mestrado. A dimensão dos danos que a região sempre sofrera foi percebida através de um outro nível de formação.

Nesses anos, os documentos coletados me encaminhavam ao que até os dias atuais ainda me move. O sustento diário e tudo o que é necessário para obtê-lo. É importante destacar que já nessa época a Amazônia me tomava toda a atenção e a temática do abastecimento para a Coleta das Drogas do Sertão no período colonial ia se delineando e tornou-se minha proposta de pesquisa para um outro patamar acadêmico. Assim, a seleção do Mestrado para o PLADES foi o próximo objetivo a seguir. Nesse sentido, associada à formação na pesquisa no Projeto, eu adentrava outro nível de formação. Foi na disciplina com a Professora Edna Castro pertencente ao Curso de Mestrado e Planejamento do Desenvolvimento, – PLADES, que a perspectiva dos “impactos sociais” na Amazônia se revelou como temática que iria me acompanhar pelo restante de minha vida acadêmica. Até os dias de hoje, a formação e, agora, parceria com a Professora Edna Castro se fazem presentes de tal maneira que não me dou conta de qual momento preciso esta parceria se iniciou, mas penso que há um marco no qual a Professora Edna mostrava a amplitude de suas reflexões incluindo a história da Amazônia como um dos caminhos epistêmicos valorizados no fazer acadêmico do NAEA.

Creio que esse início remonta ao primeiro *paper* que elaborei e publiquei. Foi no Cadernos do Plades em 1992, a publicação do artigo “Controle do Tempo e Gestão do Trabalho em um Grande Projeto Colonial”, que trata da presença do trabalho indígena na Fortificação de São José do Macapá. Na época em que o escrevia, os Grandes Projetos eram a temática discutida em todas as suas dimensões no NAEA. Viviam-se os danos causados pela Hidrelétrica de Tucuruí (que mais tarde

também seria um dos meus temas de estudo), mas Edna orquestrava a análise desses danos numa perspectiva que incluía a abordagem sócio histórica como elemento fundante das interpretações dos fenômenos sociais na Amazônia. Esse *paper* foi resultado da disciplina Sociologia do Desenvolvimento ministrada pela Professora Edna Castro, e produto também da pesquisa no projeto “ Agricultura e Escravidão na Costa Setentrional do Pará” e foi meu primeiro artigo publicado e considero também o início de minha inserção na Academia enquanto pesquisadora. Essa formação de aperfeiçoamento e o mestrado são os momentos iniciais e que me marcaram de forma indelével. Eram momentos concretos que se assemelhavam a um processo de gestação e nascimento. Eu nascia para o mundo acadêmico. São nestes anos que algo, que sempre fez parte do meu mundo, retornava. A docência. Minha primeira aula foi ministrada na UNIPOP, mas a educação era meu cotidiano. Sou filha de uma professora incansável em alargar horizontes para todos os que a ela chegavam. Foi com minha mãe, Bernadete Ravena que entendi um dos preceitos mais verdadeiros da educação: a liberdade. Edna Castro reforçou sobremaneira esse preceito e na conjugação com o interesse pela Amazônia surgiu meu primeiro emprego formal.

Foi através do convite do meu colega Walcyr Bispo dos Santos para substituí-lo como professora de História Econômica Geral na UNAMA, que comecei a lecionar. Nesse momento a história econômica a mim se apresentava. Com ela a possibilidade de ler obras fantásticas e provocar os alunos do curso de economia da UNAMA, com obras da *École des Annales* e, assim, manter meu olhar para um passado que eu seguia experimentando como presente através da permanência na coleta de dados no Arquivo Público do Pará. Era o começo da minha dissertação de mestrado, que teoricamente ia se delineando através de um processo de aprendizado, que eu também tinha ao ministrar aulas.

Juntou-se nesse momento o privilégio de ter assistido às aulas do professor Francisco de Assis Costa. Descortinava-se então a economia, não somente nos seus axiomas Marxistas, Clássicos e Neoclássicos, mas também na perspectiva de interpretação da Amazônia a partir de uma visão crítica do ponto de vista econômico. Assim, a história econômica da Amazônia apresentada pelo Prof. Francisco de Assis Costa também me possibilitou uma inquietação quanto à forma de produção dos alimentos na Amazônia Colonial e, também, perfilaria a temática do abastecimento em minha dissertação. Essa mesma dinâmica me honrou com uma citação em seu livro *A Brief Economic History of Amazon*, publicado em 2024. Me causou uma felicidade imensa resumir o livro no formato *book review*, para ser submetido a uma revista internacional especializada em História Econômica. Permaneço ligada a estes três pesquisadores que são, reconhecidamente, os pensadores das Amazônia. E essa amizade não só me honra como também expressa o que me define como pesquisadora.

Serei sempre grata ao Walcyr Bispo dos Santos, mas também ao Dr. Edson Franco, que sempre esteve disposto a me manter na UNAMA mesmo quando algumas forças internas me empurravam para fora dali. Foi na UNAMA que aprendi a dar aula. Foi no curso de Economia com a chefia do Professor Jaime Teixeira e posteriormente no curso de Comunicação com Marise Morbach, Ana Prado e Alda Cristina Costa, sucessivamente na chefia do Departamento de Comunicação Social que pude adentrar o campo da comunicação e da docência, nesse campo do conhecimento. Foi na UNAMA também que a minha autonomia na pesquisa foi ganhando forma através de projetos ligados à dinâmica urbana de Belém.

Na conjunção do que eu havia acumulado como pesquisadora no NAEA com a atuação em projetos da Caixa Econômica Federal, operacionalizados pela UNAMA, que uma nova temática se revelou. Ao me deparar no projeto de regularização de casas em áreas onde havia problemas sociais de compartilhamento de serviços urbanos de abastecimento de água, e nos relampejos dos relatos de períodos de seca realizados pelos atores coloniais nos códices da série Diversos com o Governo, que a temática da água que já se apresentava na minha dissertação de mestrado, apenas tangencialmente, se tornou minha principal investigação.

A falta de acesso a água na Amazônia em certas áreas e em determinados períodos, é atemporal quando se considera tanto os relatos coloniais quanto as vivências junto a comunidades urbanas. O acesso e uso da água na Amazônia me era um assunto de extrema importância e dotado de uma dualidade instigante: a abundância quantitativa. Nos projetos da UNAMA, pude reconhecer o dilema da abundância da água na Amazônia. À época, a temática da água era mundial e nacionalmente abordada apenas quanto à escassez da quantidade do recurso. Esses projetos, que tive o prazer indescritível de compartilhar com minha irmã Voyner Ravena Canete que também trabalhava na UNAMA, e é hoje também professora da UFPA, me fortaleceram como pesquisadora. Juntas éramos “vigorosas”. Produzíamos tanto, que por mais de 15 anos estivemos juntas em quase todos os projetos que realizamos. Além de divertido e leve, o nosso trabalho formava muitos jovens. Devemos o começo desses projetos na UNAMA ao professor Helder Boska. Incansável na paciência com que montava o setor de pesquisa da Instituição; ele incentivava cada uma das ideias que nós apresentávamos. Trabalhávamos no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Qualidade de

Vida e Meio Ambiente, que foi fundado em 1998, quando já tínhamos o projeto da Caixa Econômica Federal como um dos principais projetos de pesquisa da UNAMA, instituição que à época engatinhava na pesquisa. Já em 2005 eu e Voyner, em função de nossa formação em desenvolvimento e meio ambiente no NAEA, contribuímos arduamente com o professor Marco Aurélio Lobo na elaboração do projeto de Pós-Graduação em Desenvolvimento do Meio Ambiente Urbano. O Programa de Mestrado representou uma consequência natural das atividades desenvolvidas pelo Núcleo. Foi nele que orientei o Dr. Fernando Brasil, Médico, especializado em Homeopatia. Meu eterno amigo e um erudito nato cujo aprendizado na orientação foi meu.

Assim, com estes projetos da Caixa Econômica Federal operacionalizados pela UNAMA, e mantendo as parcerias com a Prof<sup>a</sup> Edna Castro, a temática da Água avançou. Em 2003 participando do MEGAM coordenado por Edna Castro produzi, para um livro organizado por ela, o artigo “A polissemia na definição do acesso à água: qual conceito? ”, e, em 2005, um ano após obter meu grau de doutorado e também ano em que Voyner se tornou doutora, apresentamos ao CNPq, em parceria com o setor de pesquisa da UNAMA, a montagem do Seminário Águas da Pan Amazônia e, assim, pudemos materializar de forma consistente os “vasos comunicantes” que marcam a Interdisciplinaridade (Japiassu, 1976).

Esse procedimento delicado, até os dias de hoje se mantém como desafio dado, em que se ampliaram os campos para a realização desse fazer interdisciplinar no contexto das pesquisas em que estou inserida. Estabelecer estes vasos comunicantes com os campos das ciências exatas e naturais permanece uma tarefa desafiadora nos projetos que coordenei e coordeno, e que se mantém através de cada semestre ao ministrar a

disciplina “Fundamentos Epistemológicos da Interdisciplinaridade” e “Estado e Políticas Públicas” com a professora Edna Castro. Pertencer também a comitês de pesquisa como o do Programa SinBiose que é um repertório de dados acerca da Biodiversidade e dos Serviços Ambientais, me mantém nesse desafio de exercitar essa compreensão da complexidade do saber que encerra a interdisciplinaridade. Novamente, as premissas de Bourdieu se revelam verdadeiras e momentos de retrospectivas e de prospecção se entrecruzam numa dinâmica que marca o sentido ao que realizei enquanto pesquisadora e professora e tendo o NAEA sempre presente em minha trajetória.

Durante o mestrado me casei e defendi minha dissertação quando meu filho, Rômulo, tinha 1 ano e 9 meses de vida. Foi um momento ímpar este período. Dois anos e meio depois nascia Pilar. Outra preciosidade na minha vida. Nada é comparável ao nascimento deles. Me sinto a pessoa mais feliz do mundo por ter tido o privilégio de os conceber e trazer ao mundo. Minha vida acadêmica e de mãe eram orquestradas pela ajuda da minha mãe Bernadete e de minha irmã Voyner que faziam tudo parecer fácil. Era a sororidade na sua mais sublime expressão.

No mestrado no NAEA aprendi que as dinâmicas regionais são importantes para nos compreender enquanto brasileiros e que aceitá-las significa interpretar as interações entre os diversos saberes sem hierarquizá-los. Seminários com os professores Tania Bacelar e Clóvis Cavalcante nos faziam compreender dinâmicas desapercibidas que obnubilavam as injustiças de um subimperialismo já tratado por Ruy Mauro Marini (1972), que hoje se apresentam tão atuais nas discussões sobre decolonialidade. Essas e outras referências também conheci nas bibliografias dos cursos de NAEA. Este ponto se faz importante porque



não nasci no Pará, mas tenho toda minha formação acadêmica na Universidade Federal do Pará.

Nasci em São Paulo e vim com minha família ao Pará, aos 17 anos. Não, meu pai não acessou nenhum financiamento governamental e nem era um ator de fronteira. O que nos trouxe aqui foi um caminho familiar bastante complexo. Em função dessa complexidade meus pais recomeçaram a vida aos 50 anos e sinto até hoje um orgulho enorme de ter compartilhado com eles dias difíceis que me ensinaram a amar a Amazônia e ter uma deferência aos territórios e aos povos que a compõe. Mais que isso. Me reconheço hoje como alguém que pode dizer-se da Amazônia. Tenho um sentimento de pertença. E foi esse sentimento que me guiou até a pesquisa e docência.

Simultaneamente ao mestrado eu realizei meu primeiro concurso público para professor. Era um concurso na Universidade Estadual do Pará – UEPA destinado à formação de professores do ensino fundamental e médio. A proposta era formar professores pesquisadores que pudessem, no cotidiano escolar, estimular um comportamento investigativo nas crianças e adolescentes. Passei em primeiro lugar. As formas de fichamento e outras técnicas relativas à leitura e interpretação de textos foram fundamentais em todas os concursos que prestei.

Embora eu me realizasse muito na docência na UEPA, eu permanecia com o desejo e objetivo de trabalhar na UFPA. Após minha participação no projeto “Agricultura e Escravidão na Costa Setentrional do Pará” como bolsista de Iniciação Científica e depois de Aperfeiçoamento e de também ter sido esse projeto na área de conhecimento da História da Amazônia, a minha iniciação na vida acadêmica que me levara também ao mestrado, senti-me muito

inclinada em permanecer nessa área de conhecimento. Quando finalizei o mestrado, o Prof<sup>o</sup> Francisco de Assis Costa, que ministrava a disciplina História da Amazônia, no Departamento de História, saiu para compor o quadro permanente do NAEA e assim houve concurso no departamento de História para professor substituto dessa disciplina. Fiz o concurso e passei. Novamente em primeiro lugar. Gosto de ressaltar isso. O faço porque reflete meu empenho em tudo o que se refere ao meu objetivo de trabalhar na docência e na pesquisa. Mas eu esperava que essa oportunidade de ser substituta na disciplina fosse aberta para professor efetivo. Qual não foi minha surpresa ao ver que a vaga havia sido convertida para a disciplina Teoria da História e restrita a bacharéis em História. Até hoje me recordo da minha decepção e tristeza quando busquei saber o porquê no departamento de História e não havia uma explicação plausível. Mesmo assim mantive minha produção no campo da história publicando em 1998 o artigo “Maus vizinhos e boas terras”, no livro “Ideias e experiências no povoamento no Cabo Norte” organizado pelos historiadores Flávio Gomes e Fernanda Bicalho (Foto 4). Em 2013 redigi e publiquei o artigo “A teia de relações entre índios e missionários: a complementaridade vital entre o abastecimento e o extrativismo na dinâmica econômica da Amazônia Colonial” na revista *Varia História*. A História da Amazônia permanece como olhar em meu mundo acadêmico. E por sempre ter comigo esse olhar, foi duro saber que não haveria possibilidade de ser professora de História da Amazônia.

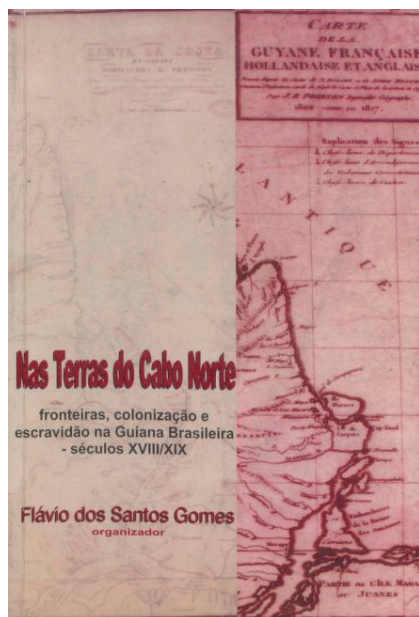


Foto 4 - Livro nas Terras do Cabo Norte

Estava com os olhos marejados e olhando à frente da porta da saída do Departamento de História, me deparei com um cartaz anunciando o concurso para Ciência Política. Lembro da alegria com que o professor José Cauby Monteiro, à época chefe do departamento de Ciência Política, me recebeu. Me recordo de seu entusiasmo em me incentivar na participação daquela seleção. Eram cinco vagas e passei novamente em primeiro lugar. Me foi difícil estudar pois estava grávida de Pilar e quando fiz o concurso Pilar tinha um mês. Fiquei confinada por 4 horas até a prova didática, pois, era o procedimento, e todos os candidatos aprovados na prova escrita fizeram a prova didática no mesmo dia pela parte da tarde. Fui a última. Quando cheguei em casa, meus filhos me esperavam e foi um alívio físico e emocional tê-los em meus braços

na rede. Esvaziava meu peito do leite e da angústia de não ter cuidado deles naqueles dias. Lembro que quando passei, nem sequer me ocorreu em solicitar licença maternidade. Achava que não podia. É estranha nossa condição de mulher em áreas predominantemente masculinas como a Ciência Política. Esse desconforto mesclado com resignação ficou registrado no livro “*Mulheres, Poder e Ciência Política*” para o qual concedi entrevista (Foto 5). No dia do lançamento do livro neste setembro de 2020, vi que esta foi uma questão central para as mulheres da minha geração. Maternidade e trabalho numa arena tão masculina como a Ciência Política requereu de nossas mães, irmãs, colaboradoras e amigas muita sororidade que permitia que nós, cientistas políticas, conseguíssemos ser também mães.

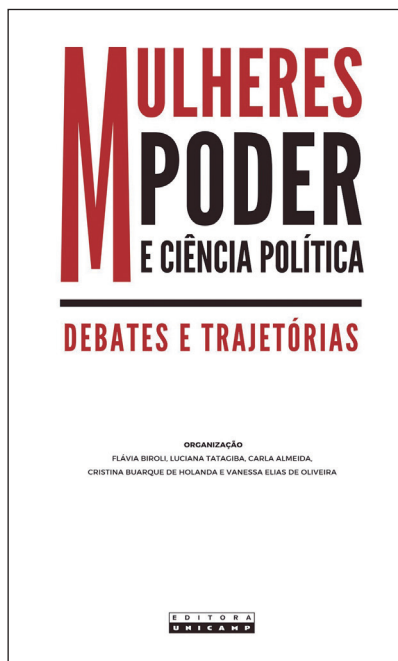


Foto 5 - Livro Mulheres Poder e Ciência Política

Fui extremamente bem recebida no Departamento de Ciência Política. Nunca reclamaram das trocas de fralda que fazia na sala do chefe de departamento e nem de parar minhas aulas por 30 minutos para amamentar. Sou até hoje reconhecida por alunos da época em que eu ministrava Teoria Política e Política Brasileira como a professora que amamentava no Bloco A. Me sinto orgulhosa disso. Mas sei que isso acontecia porque tinha colegas maravilhosos. Não vou nominá-los, mas devo a cada um a expertise ganha no campo da Ciência Política e sou muito grata a todos. Mas de forma especial, quando o Individualismo Metodológico chegava como fronteira do conhecimento na Ciência Política, os professores Cauby e meu colega Raimundo Jorge Nascimento me desafiavam a incorporar outras visões além do Marxismo.

Quando entrei no Departamento de Ciência Política, o Prof<sup>o</sup> Alex Fiúza de Mello estava afastado. Me tornei sua amiga muitos anos depois quando se casou com Luísa Girard, com a qual sempre mantive uma amizade mais próxima em função da amizade comum com Aílton Pires de Lima. Este é um fato que precisa ser relatado. Eu estava em Brasília fazendo meu campo de doutorado sobre a temática da regulação da água no Brasil quando hospedei Luísa, Aílton e minha querida amiga Simone Pereira. Juntos participamos de um grupo técnico do CONAMA que tinha como função regular a utilização, pelas indústrias de sabão em pó, do Tripolifosfato, um elemento poluente na composição dos sabões. Foi um aprendizado fantástico que foi determinante na compreensão do jogo regulatório. Pude ter a experiência desse jogo na arena de regulação dos recursos hídricos de uma forma que certamente não teria apenas na condição de entrevistadora. Fomos nós quatro, em 2003, naquelas reuniões com a Agência Nacional da Água – ANA, com os representantes da indústria e com os acadêmicos da área de química

de São Paulo, que inscrevemos nas discussões a Amazônia como região detentora do maior volume de água do Planeta e por isso, dotada de saber para vertebrar também a regulação do setor. Pontuamos o porquê de nossa presença no grupo. Argumentávamos numa perspectiva interdisciplinar (Simone química, Luiza engenheira Ailton geógrafo e eu cientista política) que a discussão de que a quantidade e a qualidade da água são fatores diferenciados que necessitam de um tratamento que estabeleça a interface entre as diversas áreas de conhecimento e o fazíamos com propriedade. Mais uma vez os vasos comunicantes se apresentavam como mecanismo indispensável na construção não somente do conhecimento, mas também das políticas públicas.

Eu estava me doutorando quando essas reuniões ocorreram. É importante, no entanto, um olhar retrospectivo aos sucessivos acontecimentos que se deram neste período e que também forjaram minha identidade acadêmica. Ainda nos anos de 1990 o professor Alex Fiúza de Melo já havia, de certa forma, elaborado a proposta de um Mestrado em Ciência Política com o IUPERJ. Juntos, o prof. Alex Fiúza de Melo com o professor Renato Lessa, haviam ventilado essa possibilidade e quando o Dr. Abílio Baeta Neves estava como Presidente da CAPES esta modalidade começou a ser implementada. Suspeito que o Mestrado Interinstitucional – MINTER, em Ciência Política da UFPA, foi um dos primeiros MINTER no Brasil. Éramos no departamento de Ciência Política, uma maioria de professores com mestrado e víamos a necessidade de ter um pensamento crítico com base na Ciência Política. Aqui um parêntese. O Curso de Ciências Sociais havia se dividido em três departamentos que de uma forma bastante interessante formava, na graduação em Ciências Sociais, uma grade curricular no qual os quatro primeiros semestres eram constituídos de disciplinas estruturantes

das Ciências Sociais e contemplava as três áreas. No quinto semestre as disciplinas optativas eram agregadas em três grandes grupos e abordavam as áreas da Ciência Política, da Sociologia e da Antropologia, o que antes ocorria de forma aleatória. Assim, com as disciplinas optativas organizadas por área de conhecimento das Ciências Sociais, o aluno se preparava em sua área de preferência e, ao ingressar na pós-graduação, já tinha um nível de maturidade na área de concentração que o ajudava. Tenho orgulho de ter compartilhado esse período com o Professor Celso Vaz à frente do curso de Ciências Sociais e de ter tido o prazer de formar estudantes que nem sequer haviam obtido o grau de bacharel e já estavam empregados dada a expertise que adquiriam nesse tipo de arranjo pedagógico que ocorria na graduação.

Esse modelo nos inspirou enquanto coletivo do departamento em ventilar a possibilidade de formar estes alunos em nível de mestrado e expandir a docência em ciência política para outros cursos e Universidades da região norte. Assim, com a implantação do MINTER formamos colegas que depois se incorporaram à UFPA e a outras Universidades através de concursos em outras áreas também. Eu, juntamente com a Prof<sup>a</sup> Luzia Alvares, coordenávamos as questões procedimentais do MINTER, mas quem respondia oficialmente era o Prof. Geraldo Coelho, à época, um entre os poucos doutores do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH da UFPA. O MINTER foi um curso de sucesso.

Sabendo da política da CAPES, de formação de doutores, lembro-me de ter feito uma conta à lápis de quanto seria mais barato um DINTER em Belém do que todos os professores irem para o Rio de Janeiro ou outro lugar. Lembro de perturbar o professor Renato Lessa, então diretor do IUPERJ, para pelo menos pensar a respeito. O DINTER com o IUPERJ

foi aprovado no final de 1999 sob a batuta dos professores Alex Fiúza e Renato Lessa e com um apoio incisivo da CAPES, dado os resultados do MINTER que havia se encerrado. Dessa vez eu fiz a seleção e estava na turma do DINTER e também havia feito seleção na UNICAMP, na área de história, e fui aprovada com a supervisão futura de John Manuel Monteiro. A possibilidade de realizar a seleção para o Doutorado em História na Unicamp se deu porque havia sido proposto um período de trabalho a meu marido em Hortolândia, cidade próxima a Campinas. Nesse período ele trabalhava na IBM, mas depois de alguns meses, após eu ter tido a notícia da aprovação na Unicamp a transferência foi suspensa em função de uma “reengenharia” e a vaga em Hortolândia deixou de existir. Anos depois meu companheiro redescobriu sua veia acadêmica e após 15 anos de vida corporativa abandonou a loucura do mercado e entrou no mestrado e posteriormente doutorado. Juntos trabalhamos em vários projetos e foi importante também a troca que ele me proporcionou ao me apresentar a Inteligência Artificial como ferramenta. Lembro do constrangimento em falar com o Profº John Manuel Monteiro, que seria meu orientador, sobre minha desistência do doutorado na Unicamp e de sua compreensão contrariada ao aceitar minha justificativa.

No mesmo ano também me submeti à seleção do doutorado no NAEA e passei. Cursava as disciplinas dos dois programas: Doutorado Interinstitucional – DINTER com IUPERJ e o Programa de Desenvolvimento sustentável do Trópico Úmido – PPGDSTU no NAEA. E tirava boas notas mesmo trabalhando em duas Universidades. Não compreendo hoje como fiz. Mas me lembro que em 1999 deixei de fumar, o que era minha válvula de escape para as tensões de cursar dois



doutorados. Essa inflexão foi definitiva e devo a ela estar ainda viva, mas a ela devo também grande parte dos quilos que ganhei e nunca perdi.

Eu várias vezes me dei conta que somente pude fazer as grades de disciplina dos dois Programas porque eram modulares. Mas a sensação era sempre de algo urgente que eu não havia conseguido realizar. Isso me acompanha e ainda hoje é uma sensação recorrente. Mas como estudante isso me parecia normal, e as aulas eram tão prazerosas, que eu esquecia. Estar em sala de aula nos dois programas me enchia de alegria e eu sorvia cada leitura com uma avidez que muitas vezes me estonteava. Foi nessa dupla jornada que tive contato com o que viria a ser o modelo que até hoje me acompanha e faz parte do conjunto de metodologias que apresento aos meus alunos como forma de identificar a arena de ações entre agentes que interagem politicamente. Para as questões que envolvem um recurso como a água era instigante o conjunto de reflexões sobre os Comuns.

Um ano depois de ter passado no doutorado fui a um encontro sobre *Common Pool Resources*, em Indiana – EUA. Isso ocorreu no ano 2000. Lá assisti a palestra de Elinor Ostrom que já era famosa por sua tese de doutorado publicada intitulada *Governing the Commons* e fiquei encantada não somente com a sua pessoa, mas com a possibilidade de utilizar aquele conjunto de reflexões metodológicas para interpretar a regulação da água no Brasil. Também nesse encontro tive o prazer de assistir a uma conferência de Oran Young, cientista político que também viria a ser um autor cujas reflexões me auxiliariam na interpretação não somente das temáticas afetas à Água, mas à Amazônia como um todo. Voltarei a esse ponto. Penso que é importante neste momento falar o quanto um contato pessoal faz diferença.

Depois de assistir a palestra sobre Comuns com a Professora Elinor, em Indiana, sete anos depois em um encontro de economia ecológica na Alemanha, tive o prazer de almoçar com ela. Era uma pessoa doce demais. Eu havia em minha tese, defendida em 2004 no IUPERJ, trabalhado com suas contribuições para a compreensão da regulação da água no Brasil. Mas também havia utilizado os trabalhos de Vincent Ostrom, seu marido. Desconhecido na ciência política brasileira naquela época é hoje referenciado mundialmente nos estudos de políticas públicas que tratam dos arranjos policêntricos para a governança ambiental e é ainda um autor relevante na ciência política nos estudos federalistas.

Naquele encontro na Alemanha, diferentemente de Indiana, Elinor Ostrom não parecia tão popular. Eu a vi sozinha no horário do almoço e fui atrevida convidando-a para sentar-se à mesa comigo e com meu marido, que também estava apresentando um trabalho no encontro. De pronto ela aceitou e foi muito agradável e afável nossa interação. Dois anos depois ela seria a primeira mulher na Economia a receber o prêmio Nobel. Mas ela se identificava como cientista política. Via nela a mesma disponibilidade misturada com afeto que sempre recebi de Edna Castro. Penso que elas devem ter tido comportamentos similares com seus outros alunos. Esse misto de afeto e compreensão, sem perder o foco da importância que o trabalho acadêmico requer, me parece comum a elas.

Outra referência nessa questão do afeto é o professor Renato Boschi. Fui muito agraciada com professores no IUPERJ e no NAEA mas Renato é ainda, assim como Edna e Chiquito, parte da minha vida. Devo a ele a permanência na ciência política. Explico. No DINTER com o IUPERJ, e mesmo depois de finalizado o doutorado no Departamento de Ciência Política, eu sofria um certo “Bulling acadêmico”. A temática

da água tratada pela Ciência Política parecia aos meus colegas e a alguns professores do IUPERJ como uma temática menor. Mas o professor Renato nunca me questionou ou disse que não seria interessante uma tese sobre a regulação da água. Quando eu o procurei para ser meu orientador ele prontamente aceitou. Acho que me amou como eu o amei academicamente à primeira vista. Desde 2014 pertencço ao grupo do Instituto de Ciência e Tecnologia – INCT “Políticas Públicas e Estratégias de Desenvolvimento” – PPEd coordenado por Renato Boschi. No INCT – PPEd conheci Ana Célia Castro, Peter May e Valéria Vinha cuja sensibilidade, generosidade e competência me são exemplo. Nesse INCT também divido na perspectiva geracional o papel de ex-orientando(a) de Renato Boschi com Flávio Gaitán. Um amigo de tempos anteriores ao INCT e dotado de uma sensibilidade e uma afinidade, que me faz de maneira sistemática “fincar o pé” na ciência política. Minha produção acadêmica está entretecida com estas pessoas de tal forma que não consigo me lembrar de ter produzido algo sem que estes mestres e amigos não estivessem envolvidos.

Volto à questão de ter como temática o meio ambiente e ter uma formação em ciência política. A permanência no departamento de Ciência Política era um tanto custosa, mesmo assim, por 3 anos trabalhei arduamente no departamento e ajudei a construir a proposta (APCN, se chamava à época) do Mestrado em Ciência Política. Havia um processo em que devíamos, nós do departamento, ter o aval da Pró-reitora de Pesquisa para submeter um APCN à CAPES. Lembro-me com clareza da resistência do Pró-reitor de Pesquisa à implementação de um Mestrado em Ciência Política e de como o coletivo do departamento à época, foi bastante convincente na demonstração da necessidade dessa pós-graduação na Amazônia.

Me sinto orgulhosa por ter sido parte desse momento do departamento de Ciência Política. Fico muito feliz também que após estes anos todos, esta ligação permanece e as coordenadoras do Programa, minhas amigas de trajetória na graduação e pós-graduação, professoras Eugenia Cabral e Dolores Silva. Foi uma honra que elas tenham me convidado para ministrar a aula inaugural deste ano no programa. Minha formação na ciência política e na área ambiental, que pareciam destoantes nos anos 1990 e começo dos anos 2000, me levaram a um caminho acadêmico que resultou na homenagem que recebi, enquanto terminava a redação deste memorial, da Associação Brasileira de Ciência Política por ter atuado, como pesquisadora, em ambas as áreas: a da política e a do meio ambiente.

Dessa forma, minha ida para o NAEA, enquanto professora a convite da professora Edna Castro, Diretora do NAEA em 2007, se deu de forma muito especial. Serei sempre grata à Edna por essa transição. Como relatei anteriormente me sentia um pouco excluída por não ter uma pesquisa voltada à partidos ou comportamento legislativo e na área ambiental o NAEA já era referência em 2007 quando Edna me propôs a ida para lá. Nós já havíamos ministrado a disciplina Estado e Políticas Públicas juntas. Me sentia muito bem no NAEA. Mesmo secundária para a ciência política desses anos 1990, a produção nas análises de políticas públicas na área ambiental era reconhecida no NAEA. A análise política das questões Amazônicas e ambientais tinha espaço e foram bem recebidas e cruciais no traçado daquilo que eu hoje pesquiso. Juntamente com essa volta ao NAEA, agora como professora, houve a internacionalização de minha produção. Depois de defender a tese intitulada “Demiurgia Institucional ou Criação Burocrática? Os

caminhos da Regulação da Água no Brasil”, voltei a investigar mais a fundo a temática da água nas suas múltiplas interdependências em áreas amazônicas (Foto 6).

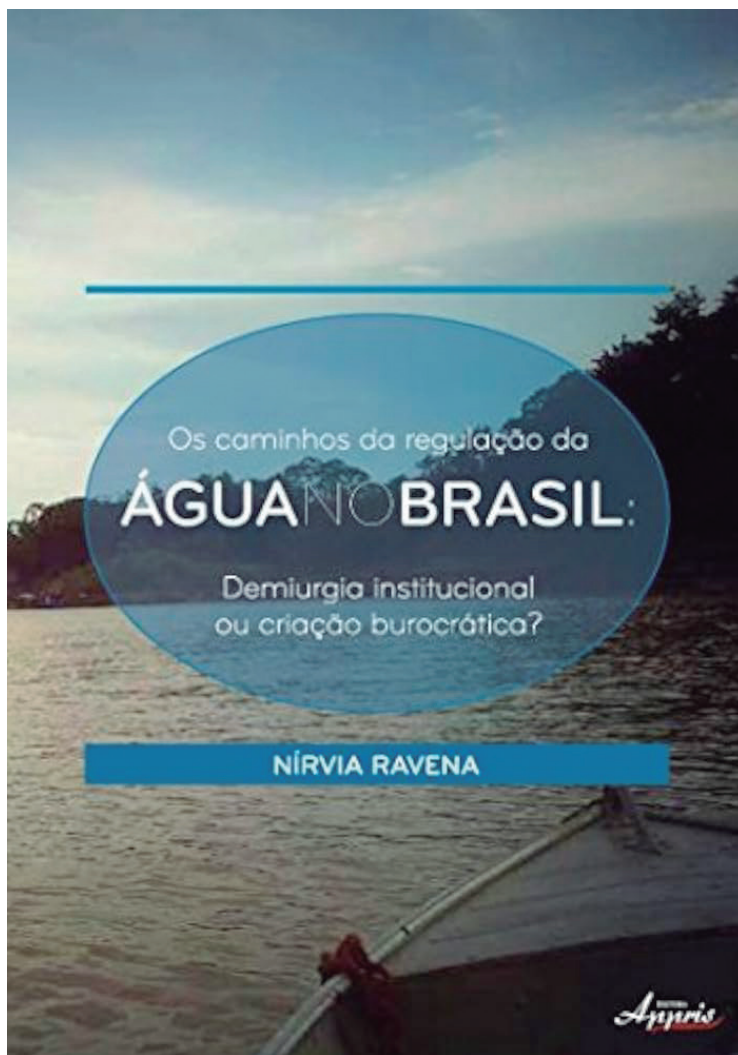


Foto 6 - Livro Os Caminhos da Regulação da Água no Brasil

Desde o começo do doutorado eu estava ligada a essa temática e ela advinha, como relatado, de toda minha formação nas questões relativas à Amazônia. A abundância da água enquanto recurso me encantava e ao mesmo tempo me fazia procurar entender por que o acesso e uso desse recurso em determinadas áreas da Amazônia era difícil. Entendo, mesmo hoje, que se há quantidade do recurso, isso não significa qualidade. A água potável então passou a ser a preocupação e com ela toda a complexidade originada nas políticas públicas do setor do saneamento no Brasil. Naquele momento de elaboração e defesa de minha tese, a lei nº 9433, a Lei das Águas havia sido promulgada e com ela o saneamento, que antes era parte do arcabouço regulatório da água, ficou subordinado a uma regulação em separado por pressão dos parlamentares ligados às empresas de concessão de serviços de saneamento nos estados. Assim a lei nº 9433 que regulava os múltiplos usos da água, não incluiu o saneamento em sua abrangência de regulamentação. Esse arcabouço regulatório foi destinado a um outro momento legislativo que somente seria finalizado em 15 de julho de 2020, com a lei nº 14.026, que delimita o marco regulatório do saneamento básico. Essa dissociação regulatória atende ao mercado que busca privatizar a água no Brasil e se distancia dos marcos regulatórios dos múltiplos usos propostos pela Lei das Águas.

Não sei em que momento adentrei a lista de discussão da Associação Brasileira de Recursos Hídricos, a ABRH. Nessa lista de discussão realizei, ainda em 2000, o que hoje é denominado netnografia. Mais tarde soube que a lista foi objeto de tese de doutorado em outras áreas, mas eu já havia, de certa forma, analisado a disputa epistêmica contida nela. As discussões da lista desde o princípio de tramitação do projeto de Lei nº

2249, que daria origem à Lei das Águas, eram um retrato dos bastidores e da contenda epistêmica e de interesses setoriais nessa regulação. No trabalho de coleta de dados e de interpretação dos discursos da lista de discussão da ABRH eu passei a me comunicar com um dos integrantes que veio a ser uma pessoa muito importante na jornada da escrita da tese e foi de certa forma um orientador informal. O Professor Eduardo Lanna. Ele valorizava de forma enfática a necessidade de que o processo de construção da Lei das Águas fosse interpretado pela Ciência Política. Havia sido por iniciativa dos engenheiros e juristas, a proposta de descentralização presente nos artigos da proposta de lei e tinham um modelo interessante de gestão. A mim me surpreendia ver com que tranquilidade os engenheiros tornavam menor as questões teóricas relativas à ciência política, propondo mudanças que tinham a ver com o arranjo federativo brasileiro sem sequer saber quais as especificidades desse arranjo e nem as implicações em fazer mudanças desta natureza do pondo de vista burocrático.

Os parlamentares envolvidos nessa empreitada, eram advertidos por seus assessores parlamentares e na maioria da documentação essa questão dos arranjos institucionais passa despercebida. É exatamente ela que se torna o *dead-lock*, que promoverá a inoperância da lei por mais de 15 anos. Quando o projeto de lei 1616/00 de uma organização, que seria crucial para o funcionamento da lei, foi interrompido na sua tramitação, foi possível perceber os interesses que estavam subjacentes à regulação da água no Brasil através da lei 9433, a Lei das Águas.

O projeto de Lei nº1616 que criava as Agências de Bacia foi interrompido na sua tramitação pelo então assessor da Casa Civil Jerson Kelmann. Dentro da lista de discussão da ABRH o assessor argumentava

a impossibilidade de implementação das Agências de Bacias em função de sua natureza jurídica. Na verdade, ele ludibriou o grupo para posteriormente criar a Agência Nacional de Águas, que mantinha o caráter centralizado da regulação. Kelmann era ligado visceralmente ao setor elétrico e levou os hidrólogos a acreditar na impossibilidade da tramitação do projeto das Agências de Bacias que alocariam grupos técnico interdisciplinares nas bacias hidrográficas dos rios federais. Ao entrevistá-lo notei o desprezo não somente pela lei nº 9433 mas também pelas humanidades. Foi uma das piores entrevistas que realizei.

Foi na temática de minha tese de doutorado que a interdisciplinaridade se fez mais presente. Era a conexão entre expertises adquiridos no NAEA e no IUPERJ que possibilitavam um olhar diferenciado sobre a regulação. Havia uma necessidade imensa de entender a hidrologia e identificar como os trabalhos técnicos eram importantes nos momentos de tramitação da lei e na definição da regulação. Nesse momento meus anos na engenharia civil foram muito importantes e me deram pessoalmente confiança na abordagem que realizava como também me legitimavam frente aos engenheiros.

Retorno aqui à minha transferência para o NAEA. Gosto de lembrar que fui procurada. Me parece diferente essa trajetória. Não foi nenhuma indisposição com o departamento de Ciência Política que me levou de volta ao NAEA, mas a ligação nunca desfeita com a perspectiva interdisciplinar. Em 2007 saía a portaria em que eu era alocada oficialmente no NAEA. Foi uma inflexão na minha vida acadêmica e pessoal também.



Do ponto de vista acadêmico significou a possibilidade de tratar das questões amazônicas além da temática da água e entender o papel da Amazônia na dinâmica das mudanças globais. Isso se dava num ambiente muito acolhedor sob a direção de Edna Castro e com Chiquito no corpo docente. Nesse ambiente acolhedor conheci Paula Bastos com as pequenas Catarina e Marta. Anos depois Ana Paula Bastos mudaria para Brasília e até hoje somos como irmãs. Foi amizade à primeira vista. Enquanto eu era conduzida ao PPLS, Paula estava à frente do PPGDSTU. Éramos unidas nos propósitos da formação de pessoas críticas e víamos os dois programas como formas de construir consciência crítica. O PPLS me iniciou na gestão. Nele coordenei cursos destinados à qualificação dos técnicos da UFPA, afinal estes técnicos geriam uma Universidade Federal na Amazônia e nós do NAEA, através do PPLS, poderíamos auxiliá-los no tocante às discussões do desenvolvimento regional. Embora coordenasse os cursos eu também ministrava disciplinas e aprendi demais com os técnicos. Foi nesse período que conheci Aldo Lisboa que viria a ser um dos técnicos mais próximos a mim e a quem devo muito pela dedicação e amizade a mim dispensada e que é nutrida de forma recíproca até hoje. Na pessoa de Aldo agradeço a todos os que até hoje me são solícitos e carinhosos.

Os técnicos, que eram alunos dos cursos de especialização, eram muito comprometidos com as aulas e foram corretíssimos no cumprimento das etapas de avaliação. Via neles também um desejo enorme de aprofundar o conhecimento sobre a Amazônia e inovar na gestão em seus respectivos departamentos na UFPA. Dessa forma propus à Pró-reitora de Gestão de Pessoas, que qualificava os técnicos

em nível de mestrado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, que o NAEA ofertasse uma turma especial para que estes fossem qualificados na UFPA. A proposta foi aceita e Ana Paula Bastos, então coordenadora do PPGDSTU, e eu fizemos as adaptações dentro da grade do curso de Planejamento do Desenvolvimento – PLADES onde além de recursos para a gestão, os técnicos também tinham aulas acerca das Políticas de Desenvolvimento para a Amazônia, Formação Econômica e Social da Amazônia além de teoria da Burocracia e outras disciplinas afetas à gestão.

A oferta desses cursos iniciou na UFPA uma cultura de aperfeiçoamento do corpo técnico da qual me orgulho de ter sido uma das incentivadoras. Essa estratégia foi mantida e é, até hoje, junto a todos os programas de pós-graduação, uma demanda constante para o aperfeiçoamento do corpo de técnicos da UFPA. Mas é importante destacar: o NAEA foi pioneiro.

Após 4 anos, sendo 2 deles na coordenação do PPLS, fui conduzida à Coordenação do PPGDSTU em 2011. Juntamente Ana Paula Bastos, iniciamos uma transição no PPGDSTU, que foi custosa demais do ponto de vista pessoal. À época não havia tradição entre os professores do NAEA de publicar em periódicos. A produção era registrada em livros e nos anos posteriores à minha entrada no NAEA, a CAPES passou a ser incisiva na cobrança dessa modalidade de produção, mudando os pesos de produção bibliográfica e praticamente considerando apenas aquelas publicadas em periódicos. Ana Paula Bastos quando estava na Coordenação anos antes, voltava aflita das reuniões da área interdisciplinar da CAPES anunciando que nosso conceito cairia caso não nos adequássemos às novas regras da CAPES. Ela também

oferecia suporte à chapa para a coordenação do PPGDSTU naquele ano, de maneira a buscarmos uma mudança de cultura acadêmica na Congregação do NAEA.

Buscamos então convencer os colegas de um arranjo, proposto em uma consultoria de Arlindo Fillipe, promovida pela Pró-Reitoria de Pesquisa. O consultor havia participado da elaboração das novas regras da CAPES, e sugeriu alternativas de formato do grupo docente para que nós pudéssemos ganhar tempo e, dessa forma, todo o corpo docente conseguisse colocar a produção em periódicos como prioridade. Como um primeiro passo para esse fim, mudamos, em várias reuniões realizadas, a configuração das linhas de pesquisa. Outro passo seria a condução de colegas à categoria de colaborador do programa. Foi um alvoroço. Me lembro como se fosse hoje de, no meio de uma fatídica reunião, ter atendido a um telefonema do atual reitor Emanuel Tourinho, e à época Pró-Reitor de Pesquisa, no qual comunicava que havíamos sido aprovados para realizar a segunda turma do mestrado para técnicos. Quando voltei à reunião com essa informação senti que os ânimos estavam acirrados demais. Havíamos feito várias reuniões e a cada uma delas a resistência a se adequar ao novo sistema da CAPES aumentava. A relação com os colegas chegou num nível de animosidade que reconheci que eu não seria quem conduziria a mudança e que se não houvesse um choque, o “*business as usual*” seria mantido. Eu me lembro desse sentimento como se fosse hoje. Haviam 20 pontos de pauta onde o vigésimo era “o que ocorrer”. Estávamos no quarto ponto de pauta quando, enquanto coordenadora e presidente da reunião, inverti a ordem para o último denominado “o que ocorrer” e anunciei minha renúncia. Houve um choque e visualizei alívio de uns

e o desespero e desapontamento de outros (que me eram mais caros e a quem sou devedora de minha trajetória), mas também compreendi que abaixaríamos nosso conceito de 5 para 4 como Ana Paula Bastos havia anunciado se eu continuasse, dada a animosidade e resistência de alguns colegas a sair da zona de conforto.

De imediato associei esse comportamento à teoria institucionalista de North (1990) quando o autor discorre sobre as dificuldades inseridas nos processos de mudança de regras no interior das instituições. Compreendi que era necessária uma ação que promovesse uma inflexão na trajetória de acomodação que caracterizava o colegiado de professores do PPGDSTU, para que fosse desfeito o nó que impedia que a mudança se realizasse. Essa compreensão me encaminhou à renúncia.

Em 2013, sob a iniciativa de Fabio Carlos Silva, à época diretor do NAEA, foi realizada uma reestruturação do PPGDSTU e em um ambiente bastante convidativo ao debate. Nos reunimos em um retiro para que os laços entre os professores fossem estreitados e que propiciasse a reestruturação das unidades do NAEA. Nesse retiro foi produzido, pelo conjunto de professores e técnicos, um documento com 22 pontos que orientavam a reestruturação dos departamentos do NAEA e conduziam o PPGDSTU nos caminhos apontados na consultoria realizada ainda em 2011 sob minha gestão. O choque havia surtido efeito. Em 2014 por um erro no relatório da avaliação trienal caímos para o conceito 4 e dessa vez, já internalizada a necessidade de um jogo de cooperação, um grupo de professores se reuniu para identificar os equívocos da aferição do conceito pela CAPES. Eu e Edna Castro redigimos a contestação ao conceito e retornamos à nota 5. Aproveitamos, na carta de contestação, para destacar que já àquela época éramos um programa com indicadores

para ter o conceito 6. Mas nos aliviámos ao ter de volta o conceito 5. E na avaliação trienal de 2013 – 2016, sob a coordenação dos professores Silvío Figueiredo e Mirleide Baía subimos ao conceito 6. Eles foram incríveis e incansáveis. Devemos, enquanto grupo, essa mudança no programa, aos dois, mas penso que o pontapé inicial se deu com minha renúncia. A produção em periódicos cresceu e hoje é uma cultura entre nós.

No turbilhão causado pela minha renúncia, o suporte académico e afetivo vinha dos meus eternos professores e agora colegas, Edna Castro e Francisco Costa. Eles me mantinham com atividades em seus projetos e seminários. Nesse período também retomei uma amizade que me acolheu com amor e apresentou saúde nesse acolhimento. Ioná Sacramento, esposa de Francisco Costa, minha colega de graduação, me acarinhou com sua amizade e hoje me sinto grata por ter retomado nossa amizade e estreitado elos que vão muito além do convívio na Universidade. Também Fábio Carlos, em 2012 me convidou para compor a equipe do projeto “Incubadora de Políticas Públicas”. Falar desse tempo me emociona demais, pois, foi quando estreitei muito os laços com o professor Mario Amin, que perdemos recentemente para a COVID – 19. Me dói falar, pois, o professor Mário Amin era um colega querido e de grande perspicácia na interpretação dos fenômenos geopolíticos relacionado à Amazônia. Enquanto estive ligada à UNAMA ele também foi presente nas discussões que fazíamos no Programa de Pós-Graduação em Administração. Ele era um entusiasta desse projeto da Incubadora e sempre um amigo nos corredores do NAEA. Fábio se cercou, nesse projeto, de algumas pessoas especiais como José Alberto Machado e Fábio Cassara com quem dividi experiências muito interessantes. Este projeto teve como produto uma coletânea de livros

sobre a Amazônia e eu coordenei com Fábio o volume sobre a Formação Institucional da Amazônia.

É importante destacar novamente que estando no NAEA minha participação em eventos internacionais ganhou mais robustez e eu atualmente sou membro de duas grandes associações, International Political Science Association IPSA e a European Consortium for Political Research – ECPR, que me fazem estar conectada com as discussões globais. Nesse sentido, desde 2007 venho me dedicando à dimensão regulatória e à compreensão do papel das instituições nas interações políticas acerca do desenvolvimento direcionado à Amazônia. Em 2009 sob a coordenação da professora Sônia Magalhães fui autora de um dos artigos que compõem o “Painel de Especialistas” uma publicação de referência para todos os trabalhos acerca da Hidrelétrica de Belo Monte. Vi em todos os eventos internacionais e em bancas nacionais e internacionais que participei, a importância dessa publicação.

Ainda em 2005 fui procurada por um grupo de pesquisadores da Unicamp e do INPE para compor um grupo de pesquisa para atender um edital do Programa de Proteção de Florestas do G7, o extinto PPG7. Era um projeto com o INPE, Unicamp UFAM e UFPA, intitulado “Gestão das Águas na Amazônia: Peculiaridades e desafios no contexto sócio-político regional da bacia do rio Purus”. Há um fato curioso em ter sido a bacia do Purus a bacia hidrográfica escolhida. Quando estudei a Lei das Águas e sua proposta descentralizadora eu brincava: “Quero ver colocar uma agência de Bacias no Purus!” Todo meu conhecimento sobre o Purus vinha das obras de Euclides da Cunha e o encantamento ao chegar ao rio Purus foi imediato (Fotos 7, 8, 9 e 10).



Foto 7 - Habitações do rio Purus

Esse projeto me possibilitou conhecer a Amazônia Ocidental percorrendo a calha do Rio Purus até o Perú. A pesquisa se assentava numa dinâmica extenuante. Tínhamos um barco grande e duas voadeiras que nos levavam do barco parado ,no meio da calha do rio, até as comunidades ribeirinhas. Entre uma cidade e outra, às vezes, gastávamos mais de um dia de viagem parando nas comunidades. Mas a dinâmica mais pesada não eram as descidas às comunidades, as entrevistas e os registros. O custo era explicar a necessidade de tempo junto às comunidades, aos biólogos do projeto. Estes iam e coletavam água querendo partir rapidamente com o barco quando nós, das humanidades, precisávamos estar com os ribeirinhos. Este projeto e a parte das humanidades foi compilada no artigo intitulado “A política das águas na Amazônia: as especificidades da relação entre o marco legal e os usuários da bacia do rio Purus”, publicado na revista Teoria & Pesquisa.

Após essa experiência no Purus tive o convite do professor Norbert Fenzl para participar de uma seleção de um edital aberto no Global Environment Facility-GEF. Fiz a inscrição e eu e minha equipe fomos selecionados para integrar o projeto maior coordenado pelo professor. A ele sou imensamente grata por todo o aprendizado na relação com as agências multilaterais. Nos tornamos amigos após este projeto. Interagíamos com a United Nation Enviroment Program – UNEP, com o Global Environment Facility – GEF e com a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA. Revivi a Teoria da Burocracia weberiana, desta vez na pele. Mas o professor Fenzl, sabia como posicionar-se e fazer da Amazônia não somente um recurso de promoção das Agências Multilaterais, mas dava o devido sentido ao projeto exigindo a conversão em ações direcionadas a políticas públicas com lastro nas análises científicas.





Foto 8 - Beruri, Amazonas

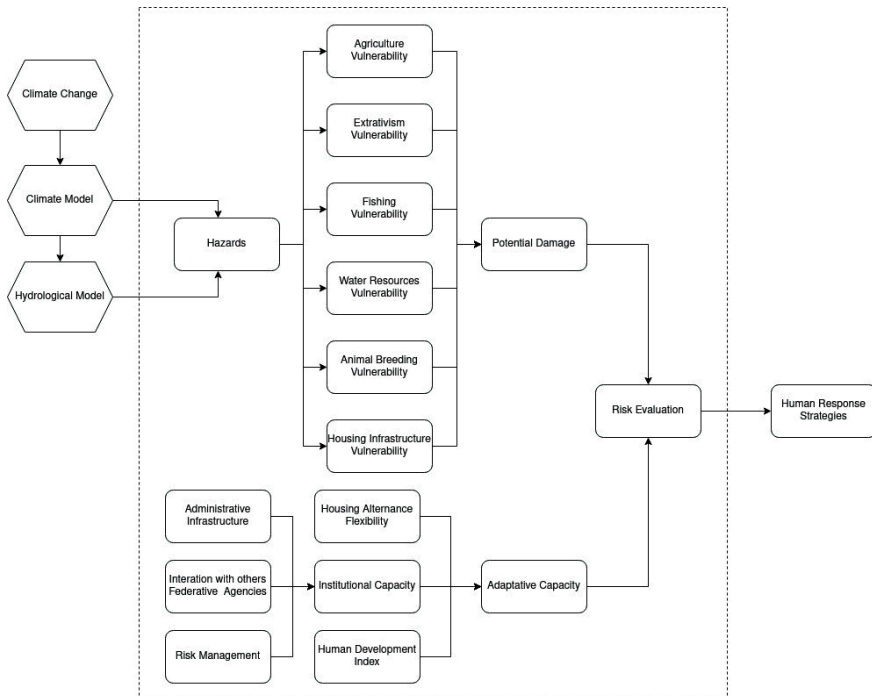


Foto 9 - Tapauá Amazonas



Foto 10 - Viagem entre Tapauá e Canutama

O projeto que coordenei tinha por título “Climate Change, Adaptation Capacity and Risk Governance in the Transboundary Purus River Sub-basin”. Voltar ao Purus foi uma experiência indescritível. Nessa vez, o barco era somente da nossa equipe e as viagens eram fantásticas pois podíamos realizar o campo de pesquisa com muita tranquilidade nas entrevistas. Nestas duas pesquisas contei com o apoio metodológico de meu companheiro Rômulo Sousa. A inteligência artificial, apresentada a mim e à equipe, por ele, nos auxiliou a dar uma nova compreensão sobre a dimensão do conhecimento incerto. Juntos, em 2015, na pesquisa “Climate Change, Adaptation Capacity and Risk Governance in the Transboundary Purus River Sub-basin”, elaboramos um Modelo de Governança de Risco para a Bacia do Purus onde a dimensão institucional estava incluída.



Esse modelo foi oferecido para a Secretaria de Defesa Civil do Ministério da Integração para ser implementado nas cidades localizadas na calha do Rio Purus sem custo nenhum para o governo. Foi um desapontamento verificar a indiferença dos gestores pelo modelo. Depois percebi que se tratava daquilo que Rui Mauro Marini (1972) trata na discussão do subimperialismo mas, neste caso, uma complexidade que não se restringe somente às diferenças regionais, mas fundamentalmente à uma captura epistemológica realizada por grupos de pesquisadores que adentram os espaços das políticas públicas.

No caso em tela, todo o modelo de ação de enfrentamento aos desastres originados pelas mudanças climáticas era elaborado pela Universidade de Santa Catarina e aplicado de forma padronizada no Brasil. A coincidência era que o Diretor da Secretaria de Defesa Civil pertencia ao quadro do corpo de Bombeiros de Santa Catarina. Era assustador ver ações que tinham como base a existência de áreas sujeitas a deslizamento quando na Amazônia enfrentam-se outros tipos de problema relativos a uma toponímia de natureza de várzea. A decepção quase me faz desistir de me manter nessa linha de pesquisa que tem a sociedade de Risco (Beck, 1992) como marco norteador da reflexão do Risco em minhas abordagens sobre a Amazônia.

O modelo elaborado por nós teve uma aproximação acurada dos riscos de seca e inundação e todos os alertas apresentados antecipadamente no modelo, efetivamente ocorreram. Foi frustrante não ter tido o modelo incorporado nas políticas de defesa civil e mais doloroso perceber que todos os sujeitos de nossa pesquisa foram atingidos em janeiro de 2015 por cheias que provocaram danos severos

e que haviam sido previstas em 2014 pelo modelo. Dói saber que isso poderia ter sido evitado se eles tivessem tido a oportunidade de ter acesso às informações relativas ao risco e acessado as dinâmicas institucionais sugeridas nele.

Mesmo nas mudanças globais, a água é o foco ou parte integrante do que é pesquisado na atualidade. As pesquisas tendo a água, como objeto a ser interpretado, me apresentaram a questão da interdependência como elemento constitutivo da complexidade que marca a Amazônia. Passei a investigar como os corpos d'água eram danificados pela ação das grandes Corporações de produção de Soja e de produção da Palma de Óleo. Mais uma vez Edna Castro e Francisco Costa são os parceiros dessa nova etapa que me levou a um estágio de professor visitante sênior na Leeds Beckett University com tutoria do Professor Pedro Pablo Castro. Este, um amigo que de um primeiro contato desprezioso há 4 anos, de convívio gerou artigos, projetos de pesquisa e co-orientações ainda em curso. No período de 2019 a 2020 também retomei contato com pesquisadores de Leicester, que estiveram em Belém e foram recebidos por mim no NAEA em 2017. Kirsten Barret e Benjamim Coles têm sido colegas e parceiros de pesquisa. Juntos estamos elaborando projetos que internacionalizam a produção do NAEA. Como ela, outras pareceristas internacionais se consolidaram (Fotos 11, 12, 13 e 14).



Foto 11 - Atuações na Universidade Leeds-Beckett




Foto 12 - Conferência Universidade do Oregon



College of Liberal Arts  
School of Language, Culture and Society

**ANTHROPOLOGY  
LECTURE SERIES  
FALL 2023  
Fridays at noon**

**Traditional Communities and  
Indigenous people in Amazon  
facing new paradigms of  
Sustainability**



**Dr. Nirvia Ravena de Sousa**  
Federal University of Pará, Brazil

**October 20**  
Strand Hall 111  
Via Zoom: [beav.es/TLv](https://beav.es/TLv)

Accommodations for disabilities may be made  
by contacting [nicholas.blum@oregonstate.edu](mailto:nicholas.blum@oregonstate.edu).



Foto 13 - Conferência Traditional Communities



Foto 14 - Equipe de Projeto Internacional

Por fim, relato minhas experiências com orientações. Sou uma pessoa afortunada por ter orientado tantas pessoas incríveis como as que me chegaram. Como em filhos, reconheço neles todas as possibilidades do mundo e reproduzo, o quanto posso, as generosidades que me foram concedidas por Edna Castro e Renato Boschi. Amo a todos e me sinto privilegiada por cada um que passou por minha vida e aqueles por quem ainda sou responsável.

Termino este memorial, em meio à uma pressão sem fim. Mudanças governamentais e prazos me fazem acelerar algo que deveria ser fonte de prazer e realização. Gostaria de ser um pouco mais retrospectiva e prospectiva. Mas não houve tempo. Mas não me curvo à inação que nos querem impor. Confronto as experiências do meu tempo. Estamos em outro tempo de resistência. Resistirei! Resistiremos!

Ainda gostaria de registrar neste livro, como um texto adicional, a gratidão de poder ver o NAEA florescer e após 50 anos de criação e ter sua pós-graduação com a maior nota na CAPES. Agradeço a esse grupo mais próximo à minha geração, que compartilha essa organicidade com o NAEA, Silvio, Armin, Mirleide, Saintclair, Fábio e agora Thales que me fazem sentir vontade genuína de continuar lutando pelo PPGDSTU. Em especial gostaria de destacar meu apreço e admiração por José N. Vieira a quem o PPGDSTU deve muito! Um exemplo de generosidade ao tratar todo o PPGDSTU com cuidado e apreço.

## ● Ponto de vista



ANDRÉ LINS/REDAÇÃO



Nirvia Ravena É Cientista Política e Professora do NAEA/UFPA. Membro do Comitê Científico do Programa de Síntese em Biodiversidade-CNPq

ação e do conceito CAPES na área interdisciplinar superam os da USP, a associação ao comportamento que Marini define com precisão, é inevitável. Nas palavras de um estudioso do autor, Mathias Luce (2011), estaríamos diante do que Marini definiu como o intercâmbio desigual e apropriação de valor.

Para Marini os países subimperialistas exercem sobre o seu entorno esse tipo de expropriação, sendo assim, eficientes ao sistema. Na relação dos territórios amazônidas com o restante do Brasil esta análise é muito apropriada para

a compreensão do campo acadêmico, onde a captura da região como elemento adjacente ao centro de decisões políticas e econômicas, permite a manutenção da colonialidade sudestina sobre os centros de produção de conhecimento alocados na Amazônia.

Capturar elites políticas locais, fragmentar a cooperação através de inserção isolada e informal de pesquisadores alocados nas Instituições de Ensino Superior da Região Amazônica, acenar com a cooperação formal de Universidades localizadas no Norte Global, citar nomes de pesquisadores sudestinos que estiveram no IPCC constituiu-se em uma estratégia de ocupação do campo de produção do conhecimento para que as desigualdades e a captura se consolidem.

Mas o que estaria subjacente à retomada desse comportamento e da estra-

tégia eficiente de alijamento dos intelectuais da Amazônia e da captura do que é produzido através da proximidade dos pesquisadores amazônidas com os povos originários e comunidades tradicionais? Mais uma vez Cazuza faz sentido. É o futuro repetindo o passado. O Fundo Amazônia, assim como foi o PPG7, é o objeto de captura e apropriação, e nesse sentido a teoria da captura revisitada, publicada por Peltzman em 2022 é crucial para a compreensão da natureza do comportamento predador de parte da academia sudestina.

No entanto, não passarão. Os pesquisadores amazônidas, aqueles que nasceram no Sudeste como eu, e que como eu converteram-se em Amazônidas, assim como os diversos pesquisadores de outras origens regionais que produzem conhecimento "acerca da Amazônia" não deixarão que esta tentativa tosca de captura e apropriação vingue sem resistência.

Juntamente com povos originários, povos e comunidades tradicionais, camponeses e atores urbanos seremos mais uma frente de resistência à essa captura e apropriação do Fundo Amazônia. Demandaremos que nos arranjos institucionais decisórios seja estabelecida a igualdade de recursos de poder e que sejam garantidos os pressupostos deliberativos para que o uso do Fundo seja guiado pelo protagonismo amazônida.

## Conhecimento acerca da Amazônia estando na Amazônia

"Eu vejo o futuro repetir o passado, eu vejo um museu de grandes novidades, o tempo não para" (Cazuza)

É intencional o preâmbulo acima. Rui Mauro Marini, um dos intelectuais brilhantes exilados pela ditadura militar estaria estarrecido ao

verificar que o conceito de subimperialismo elaborado por ele teria tanta eficácia explicativa no campo da produção do conhecimento no Brasil.

Ao tentar compreender a criação na Universidade de São Paulo de um centro de estudos direcionado à Amazônia sem nenhuma colaboração formal com os centros de excelência amazônidas, que no nível da pós-gradu-

Foto 15 - Artigo recente em jornal de Belém

REFERÊNCIAS

- BECK, U. **Risk society. Towards a new modernity.** Londres: Sage Publications, 1992
- BIROLI, Flávia *et all.* **Mulheres, Poder e Ciência Política.** Editora UNICAMP. 2020
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral.** (8ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183–191.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- JAPIASSÚ, Hilton. **Interdisciplinaridade e Patologia do Saber.** Rio de Janeiro, Ed. Imago, 1976.
- Marini, R. M. (1972). *Brazilian Subimperialism. Monthly Review*, 23(9), 14.
- RAVENA, Nírvia. O abastecimento no século XVIII no Grão-Pará: Macapá e Vila circunvizinhas. In: MARIN, R. E. (org.). **A escrita da história paraense.** Belém: NAEA/UFPA, 1998.
- RAVENA, Nírvia. “Maus vizinhos e boas terras”: idéias e experiências no povoamento no Cabo Norte. In: GOMES, Flávio dos Santos. E BICALHO, Maria Fernanda B. (organizadores). **Nas Terras do Cabo Norte: fronteira, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII–XIX).** Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999

RAVENA, Nírvia. **As Grandes obras na Amazônia colonial: a Fortificação de São José de Macapá, 1988**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém.

RAVENA, Nirvia; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. A teia de relações entre índios e missionários: a complementaridade vital entre o abastecimento e o extrativismo na dinâmica econômica da Amazônia Colonial. **Varia hist.**, Belo Horizonte , v. 29, n. 50, p. 395–420, Aug. 2013.

RAVENA, N. A polissemia na definição do acesso à água: qual conceito? In: **Belém de águas e ilhas**. Belém: CEJUP, 2006.

RAVENA, N; CANETE, V. Reflexões sobre a integração pan-amazônica: o papel da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) na regulação da água. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)**, v. 9, p. 131–144, 2007.

RAVENA, N. “Trajetórias Virtuosas na Regulação da Água no Brasil: os Pressupostos Inovadores do Código das Águas”. *Papers do NAEA (UFPA)*, v. 1, p. 01/220-14, 2008. RAVENA, N; CANETE, V; SOUZA, C; CANETE, T; SOUSA, R. A política das águas na Amazônia: as especificidades da relação entre o marco legal e os usuários da bacia do rio Purus. **Teoria & Pesquisa**, v.20, n. 2, p. 59–80, 2011.

ISBN: 978-85-7143-254-3



9 788571 432543